

Titulos e prémios: Advogada inscrita na ordem com cédula definitiva (2012); Certificado de atribuição de prémio de melhor trabalho «Boas práticas e avaliação crítica de procedimentos no Turismo Portugal I. P.» (2011).

210102598

Gabinete de Estratégia e Estudos

Aviso n.º 16171/2016

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela, na categoria e carreira de técnico superior.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho torna-se público que, na sequência da conclusão de procedimento concursal, aberto pelo Aviso n.º 6792/2016, publicado no *Diário da República* n.º 104, de 31 de maio, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela, para o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado, na carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, sujeito a um período experimental de 180 dias. A integração na carreira de técnico superior efetuou-se na 12.ª posição remuneratória, da carreira geral de técnico superior, nível remuneratório 51, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde uma remuneração base mensal de €3 055,19. (três mil e cinquenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), com efeitos a 1 de novembro de 2016.

15 de dezembro de 2016. — O Diretor, *Ricardo Pinheiro Alves*.

210104509

AMBIENTE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15681/2016

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 19.º, n.º 12 e no artigo 25.º, n.º 1, alínea *i*), ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, dou por finda a comissão de serviço, a seu pedido, e com efeitos a 31 de dezembro de 2016, da doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco, no cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Território, para o exercício do qual foi designada pelo despacho n.º 14639/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2014.

16 de dezembro de 2016. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

210104485

Despacho n.º 15682/2016

Considerando que o Decreto-Lei n.º 211/2009, de 3 de setembro, consagra a existência de uma comissão científica, que exerce as funções de autoridade científica para efeitos de aplicação no território nacional da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (Convenção CITES) do Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho, de 9 de dezembro de 1996, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, de 4 de maio de 2006;

Considerando que a referida comissão não foi até ao momento constituída, sendo esta falta passível de pôr em causa a adequada prossecução dos objetivos visados pelo citado diploma;

Assim:

1 — Nos termos e ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 211/2009, de 3 de setembro, são nomeados membros da Comissão Científica para a aplicação em território nacional da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006, de, respetivamente, 9 de dezembro de 1996 e 4 de maio de 2006:

a) Prof.ª Doutora Isabel Maria Madaleno Domingos, da Universidade de Lisboa;

b) Doutor Jorge Américo Rodrigues de Paiva, da Universidade de Coimbra;

c) Prof. Doutor Nuno Miguel dos Santos Ferrand de Almeida, da Universidade do Porto;

d) Dr.ª Marina Loewenstein Sequeira, representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.; e

e) Engenheiro Paulo José da Luz Carmo, representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., que coordenará.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

16 de dezembro de 2016. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

210104639

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Aviso n.º 16172/2016

Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que no procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 4.566/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66 de 3 de abril de 2016, foram atribuídos aos concorrentes as seguintes classificações:

Candidata aprovada:

Nome	Classificação final
Maria Manuela Pinto Pereira Berjano	17,13

Candidatos excluídos do concurso, nos termos do n.º 12 do Aviso de abertura do concurso e com os fundamentos constantes das alíneas abaixo identificadas:

Nome	Motivo da exclusão
Ana Catarina Vasconcelos Alves de Avelar Henriques	<i>a</i>) e <i>b</i>)
Ana Maria de Freitas e Amorim Ribes	<i>a</i>) e <i>b</i>)
Bruno Alexandre de Sousa Leitão	<i>a</i>) e <i>b</i>)
Cristiana Lourenço de Oliveira Vaz	<i>a</i>) e <i>b</i>)
Daniel Bruno Gomes Mirrado	<i>a</i>) e <i>b</i>)
Maria da Conceição Agostinho Santos	<i>b</i>)
Olga Maria dos Reis Brito	<i>a</i>), <i>b</i>) e <i>c</i>)
Tiago Alexandre Gonçalves Simões	<i>a</i>), <i>b</i>) e <i>d</i>)

a) Não possuir os requisitos específicos explicitados na alínea *b*) do ponto 9.2 do Aviso de abertura do procedimento concursal, em concreto: *(b.) "domínio de técnicas de análise de dados"*, *(b.) "formação em gestão e comunicação em C&T"*

b) Não possuir o requisito específico explicitado na alínea *c*) do ponto 9.2 do Aviso de abertura do procedimento concursal, ou seja, não ser "detentor de experiência em gestão de C&T no domínio das ciências agrárias por período superior a 10 anos..."

c) Por a candidatura não ter entrado no prazo.

d) Não possuir licenciatura conforme aos termos do Aviso de abertura do procedimento concursal

A Lista unitária de ordenação final dos candidatos foi homologada, por despacho de 30 de novembro de 2016, do Senhor Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto e encontra-se publicitada na página eletrónica do INIAV, I. P. (www.inia.pt). e no placard do átrio de entrada da sede do Instituto, em Oeiras.

14 de dezembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

210104169